

COMITÊ FISCAL

PAUTA DE ASSUNTOS – JUNHO 2018

ICMS	2
LEGISLAÇÃO	2
JURISPRUDÊNCIA.....	3
ISS	5
LEGISLAÇÃO	5
IPI	6
JURISPRUDÊNCIA.....	6
IR E CSLL	7
LEGISLAÇÃO	7
JURISPRUDÊNCIA.....	7
PIS E COFINS	8
LEGISLAÇÃO	8
JURISPRUDÊNCIA.....	8
DIVERSOS	10
LEGISLAÇÃO	10
JURISPRUDÊNCIA.....	10

ICMS

LEGISLAÇÃO

1. AP – AUTORIZAÇÃO PARA A CONCESSÃO DE REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO NAS OPERAÇÕES INTERNAS COM ÓLEO DIESEL E LUBRIFICANTES (CONVÊNIO ICMS Nº 48/2018) – RATIFICAÇÃO NACIONAL
 - **Ato Declaratório CONFAZ nº 15, de 14 de junho de 2018 (DOU 15.06.18)**

2. SP E BA - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - OPERAÇÕES COM COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, DERIVADOS OU NÃO DE PETRÓLEO, E COM OUTROS PRODUTOS – MARGENS DE VALOR AGREGADO DE QUE TRATAM AS TABELAS ANEXAS AO ATO COTEPE/ICMS Nº 42/2013 – DIVULGAÇÃO
 - **Ato COTEPE/MVA nº 11, de 08 de maio de 2018 (DOU 11.06.18 – Repub. 19.06.18)**

3. SP - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - OPERAÇÕES COM COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, DERIVADOS OU NÃO DE PETRÓLEO, E COM OUTROS PRODUTOS – MARGENS DE VALOR AGREGADO DE QUE TRATAM AS TABELAS ANEXAS AO ATO COTEPE/ICMS Nº 42/2013 – DIVULGAÇÃO
 - **Ato COTEPE/MVA nº 12, de 25 de junho de 2018 (DOU 27.06.18)**

4. MA E MG - CONVÊNIO ICMS Nº 190/2017 - AUTORIZAÇÃO PARA A PUBLICAÇÃO ATÉ 28 DE DEZEMBRO DE 2018, DE RELAÇÃO COM A IDENTIFICAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS RELATIVOS AOS BENEFÍCIOS FISCAIS, INSTITUÍDOS POR LEGISLAÇÃO ESTADUAL OU DISTRITAL PUBLICADA ATÉ 08 DE AGOSTO DE 2017, EM DESACORDO COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL
 - **Resolução CONFAZ nº 03, de 24 de maio de 2018 (DOU 25.05.18)**
 - **Resolução CONFAZ nº 04, de 21 de junho de 2018 (DOU 27.06.18)**

5. MG - SISTEMA DE FINANCIAMENTO À CULTURA (SIFC) - LEI Nº 22.944/2018 - REGULAMENTAÇÃO
 - **Decreto nº 47.427, de 18 de junho de 2018 (DOE-MG 19.06.18)**

6. MG – PLANO DE REGULARIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA REQUERIMENTO DE INGRESSO NO PLANO, E LIMITES PARA PAGAMENTO MEDIANTE COMPENSAÇÃO DE PRECATÓRIO OU ADJUDICAÇÃO JUDICIAL OU DAÇÃO EM PAGAMENTO DE BEM IMÓVEL - ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO DECRETO Nº 47.210/2017
 - **Decreto nº 47.433, de 22 de junho de 2018 (DOE-MG 23.06.18)**

7. MG - APURAÇÃO DO ESTOQUE E DO RESPECTIVO IMPOSTO EM DECORRÊNCIA DA INCLUSÃO OU EXCLUSÃO DE MERCADORIAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – PROCEDIMENTOS – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA RESOLUÇÃO Nº 4.855/2015
 - **Resolução nº 5.143, de 06 de junho de 2018 (DOE-MG 07.06.18)**

8. MG – ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL (EFD) - LIVRO REGISTRO DE CONTROLE DA PRODUÇÃO E DO ESTOQUE - REVOGA A RESOLUÇÃO Nº 5.071/2017, QUE ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DO REGISTRO 0210 (CONSUMO ESPECÍFICO PADRONIZADO)
 - **Resolução nº 5.151, de 29 de junho de 2017 (DOE-MG 30.06.18)**

9. MS - PROGRAMA MS-EMPREENDEDOR - EFEITOS DA BAIXA OU CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO ESTADUAL NOS BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS CONCEDIDOS – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO DECRETO Nº 10.604/2001
 - **Decreto nº 15.019, de 12 de junho de 2018 (DOE-MS 15.06.18)**

10. MT - OPERAÇÕES COM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS – HIPÓTESES DE APLICAÇÃO DO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (PROTOCOLO ICMS Nº 41/2008) – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/MT
 - **Decreto nº 1.534, de 12 de junho de 2018 (DOE-MT 12.06.18)**

11. MT - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DO ESTADO DE MATO GROSSO (REFIS-MT) - PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA A FORMALIZAÇÃO DA ADESÃO AO PROGRAMA
 - **Decreto nº 1.565, de 29 de junho de 2018 (DOE-MT 29.06.18)**

12. MT - DIVULGAÇÃO, PARA CONFERÊNCIA E EVENTUAIS AJUSTES, DE RELAÇÃO PRELIMINAR DE CONTRIBUINTES BENEFICIÁRIOS DE ISENÇÕES, DE INCENTIVOS E DE BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIRO-FISCAIS, INSTITUÍDOS EM DESACORDO COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL
 - **Portaria SEFAZ nº 93, de 18 de junho de 2018 (DOE-MT 19.06.18)**

13. RIO DE JANEIRO – DESCONSIDERAÇÃO DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO – REGULAMENTAÇÃO DAS SITUAÇÕES
 - **Lei nº 7.988 de 14 de junho de 2018 (DOE-RJ 15.06.18)**

JURISPRUDÊNCIA

14. SÃO PAULO – EXCLUSÃO DO TUST E TUSD DA BASE DE CÁLCULO
 - **Precedente de Justiça Estadual de São Paulo**

15. SÃO PAULO – RESSARCIMENTO DO ICMS-ST NAS SITUAÇÕES EM QUE O PREÇO DE VENDA FOR INFERIOR AO PRESUMIDO – POSSIBILIDADE

- **Precedente de Justiça Estadual de São Paulo**

ISS

LEGISLAÇÃO

1. SP - DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DAS SOCIEDADES UNIPROFISSIONAIS (D-SUP)
EXERCÍCIO DE 2018 – PRAZO PARA ENTREGA
 - **Instrução Normativa SF/SUREM nº 09, de 08 de junho de 2018 (DOM-SP 09.06. 18)**

IPI

JURISPRUDÊNCIA

1. ATIVIDADE COM SUCATA DE VIDRO – PROCESSO DE PRODUÇÃO DE CACOS DE VIDROS FRAGMENTADOS – CARACTERIZAÇÃO COMO INDUSTRIALIZAÇÃO NA MODALIDADE BENEFICIAMENTO OU TRANSFORMAÇÃO
 - **Solução de Consulta nº 69, de 14 de junho de 2018 (DOU 26.06.18)**

IR E CSLL

LEGISLAÇÃO

1. TRATADO PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO DE RENDA – BRASIL E NORUEGA – TROCA DE INFORMAÇÕES
 - **Decreto Legislativo nº 133, de 30 de maio de 2018 (DOU 01.06.2018)**

2. ISENÇÃO – GANHO DE CAPITAL AUFERIDO NA VENDA DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS ADQUIRIDAS ATÉ 31.12.1983 E MANTIDAS POR PELO MENOS CINCO ANOS – AUTORIZAÇÃO PARA NÃO CONTESTAR OU RECORRER E DESISTIR DE RECURSOS INTERPOSTOS
 - **Despacho MF SNB, de 21 de junho de 2018 (DOU 22.06.2018)**

JURISPRUDÊNCIA

3. COMPENSAÇÃO DE ESTIMATIVAS MENSASIS – POSSIBILIDADE
 - **Precedente da Justiça Federal de São Paulo/SP (ação patrocinada pelo nosso escritório)**
 - **Precedente da Justiça Federal de Canoas/RS**

4. ÁGIO - EMPRESA VEÍCULO – LEGITIMIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

5. PERMUTA DE IMÓVEIS ENTRE EMPRESAS DO RAMO IMOBILIÁRIO – LUCRO PRESUMIDO – VALOR DO BEM – GANHO DE CAPITAL
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

PIS E COFINS

LEGISLAÇÃO

1. NÃO-CUMULATIVIDADE – CRÉDITOS SOBRE ATIVO IMOBILIZADO À TAXA DE 1/48 POR MÊS – IMPOSSIBILIDADE DE APROPRIAÇÃO APÓS ALIENAÇÃO
 - **Ato Declaratório Interpretativo nº 03, de 1º de junho de 2018 (DOU 04.06.2018)**

JURISPRUDÊNCIA

2. REINTEGRA – DIMINUIÇÃO DE ALÍQUOTAS – OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE TRIBUTÁRIA
 - **Precedente da Justiça Federal em Vitória/ES**
 - **Precedente da Justiça Federal em Florianópolis/SC**
3. NÃO-CUMULATIVIDADE – CRÉDITO SOBRE FRETE NA TRANSFERÊNCIA DE PRODUTOS ACABADOS - POSSIBILIDADE
 - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
4. NÃO-CUMULATIVIDADE – CRÉDITO SOBRE ARMAZENAGEM - PAGAMENTO GLOBAL PARA PAGAMENTO DE DIVERSAS ATIVIDADES DE MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA, INCLUSIVE ARMAZENAGEM – IMPOSSIBILIDADE QUANDO NÃO HÁ INDIVIDUALIZAÇÃO DOS PAGAMENTOS
 - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
5. CRÉDITO PRESUMIDO DE ICMS – POSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO DA BASE DE CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES
 - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
6. NÃO-CUMULATIVIDADE – TRANSPORTE DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS COMO FORMA DE GARANTIR A NORMAL CONTINUIDADE DA PRODUÇÃO – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
7. DIVISÃO DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS E COMERCIAIS – PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO ABUSIVO

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
8. JCP – REGIME CUMULATIVO – PESSOA JURÍDICA CUJO OBJETO SOCIAL SEJA A PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL DE OUTRAS SOCIEDADES – INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO
 - **Solução de Consulta nº 1.012, de 11 de maio de 2018 (DOU 06.06.18)**
 9. RECEITAS DE FRETE CONTRATADO POR PESSOAS JURÍDICAS PREPONDERANTEMENTE EXPORTADORAS – SUSPENSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES – POSSIBILIDADE APENAS NO CASO DE TRANSPORTE INTERNO DE MATÉRIAS-PRIMAS, PRODUTOS INTERMEDIÁRIOS E EMBALAGENS OU PARA TRANSPORTE DE PRODUTOS DESTINADOS À EXPORTAÇÃO SAÍDOS DO ESTABELECIMENTO ATÉ O PONTO DE EXPORTAÇÃO – POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DOS CRÉDITOS APURADOS
 - **Solução de Consulta nº 585, de 21 de dezembro de 2017 (DOU 12.06.18)**
 10. SUSPENSÃO – REIDI – COABILITAÇÃO – CONTRATO COM A HABILITADA QUE DEVE PREVER EXCLUSIVAMENTE A EXECUÇÃO, POR EMPREITADA, DE OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL VINCULADA A PROJETO DE INFRAESTRUTURA – POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO APENAS DE MÃO DE OBRA OU MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS - PREVISÃO DE FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA COM OU SEM MATERIAIS – NECESSIDADE DE PREPONDERÂNCIA DO VALOR DO SERVIÇO SOBRE O VALOR DOS BENS FORNECIDOS
 - **Solução de Consulta Interna nº 6, de 13 de junho de 2018 (Publicado no site da Receita Federal em 25.06.18)**

DIVERSOS

LEGISLAÇÃO

1. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO VINCULANTE ÀS SUMULAS CARF QUE MENCIONA
 - **Portaria MF nº 277 de 07 de junho de 2018 (DOU 08.06.18)**
2. ALTERAÇÕES NAS REGRAS DE COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA
 - **Instrução Normativa RFB nº 1.810 de 13 de junho de 2018 (DOU 14.06.18)**

JURISPRUDÊNCIA

3. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – ADICIONAL - CONSTITUCIONALIDADE
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
4. PARCELAMENTO SIMPLIFICADO – POSSIBILIDADE PARA DÉBITOS SUPERIORES A R\$1 MILHÃO
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
5. SISCOMEX – REAJUSTE DO VALOR DA TAXA PELA PORTARIA 257/2011 – ILEGITIMIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
6. FUNRURAL – OBRIGAÇÃO DO ADQUIRENTE DE PRODUTOS RURAIS EM RETER E RECOLHER A CONTRIBUIÇÃO – ILEGITIMIDADE
 - **Precedente da Justiça Federal de São Paulo**
7. CARF – VOTO DE QUALIDADE – AFASTAMENTO – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO *IN DUBIO PRO REO*
 - **Precedente da Justiça Federal do Distrito Federal**
8. DENÚNCIA ESPONTÂNEA – COMPENSAÇÃO - POSSIBILIDADE
 - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
9. PROCESSO ADMINISTRATIVO – INTIMAÇÃO VIA EDITAL – MÉTODO SUBSIDIÁRIO – NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO QUE A INTIMAÇÃO PELO CORREIO RESTOU INFRUTÍFERA – TEMPESTIVIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

10. RETIFICAÇÃO DE DIPJ PARA DEMONSTRAÇÃO DE ERRO – COMPROVAÇÃO DO VALOR OBJETO DE RESTITUIÇÃO – OBRIGATORIEDADE DE ANÁLISE PELA AUTORIDADE JULGADORA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

11. EVENTOS CONTÁBEIS QUE GEREM REPERCUSSÕES FUTURAS – PRAZO DECADENCIAL QUE SE INICIA A PARTIR DA DATA DO FATO GERADOR EM QUE O EVENTO PRODUZIU EFEITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

12. COMPENSAÇÃO – ERRO DE FATO – COMPROVAÇÃO – RETIFICAÇÃO DE OFÍCIO PELA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA – LEGITIMIDADE DO CRÉDITO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

13. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PLR – OBSERVÂNCIA DA PERIODICIDADE ANUAL OU SEMESTRAL – OBRIGATORIEDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

14. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PLR – INSTITUIÇÃO APÓS O INÍCIO DO PERÍODO DE APURAÇÃO - INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

15. COMPENSAÇÃO – ERRO MATERIAL – EQUÍVOCO EM RELAÇÃO À DATA DE RECOLHIMENTO DO DARF INDICADO EM DCOMP – APONTAMENTO APÓS O DESPACHO DECISÓRIO – OBRIGATORIEDADE DE CONSIDERAÇÃO PELA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA – LEGITIMIDADE DO CRÉDITO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

16. DENÚNCIA ESPONTÂNEA – PAGAMENTO DO DÉBITO SEM RETIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO – NÃO CONFIGURAÇÃO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

17. CONTRIBUINTES ESPECIAIS E PRODUTORES RURAIS PESSOAS FÍSICAS – APLICABILIDADE DE PRESUNÇÃO DE OMISSÃO DE RECEITAS
 - **Solução de Consulta Interna nº 3, de 18 de maio de 2018 (Publicado no site da Receita Federal em 11.06.18)**

18. CPRB – CONSTRUÇÃO CIVIL – DATA DA INCLUSÃO DA OBRA NO REGIME – OBRIGAÇÃO DE CONSIDERAR A DATA DA MATRÍCULA CEI DA OBRA, AINDA QUE EFETIVADA FORA DO PRAZO DE 30 DIAS CONTADOS DO INÍCIO DA OBRA
 - **Solução de Consulta Interna nº 5, de 13 de junho de 2018 (Publicado no site da Receita Federal em 25.06.18)**

**19. REIDI – OBRA EM MAIS DE UM ESTADO – NECESSIDADE DE APENAS UMA MATRÍCULA
CEI**

- **Solução de Consulta Interna nº 7, de 13 de junho de 2018
(Publicado no site da Receita Federal em 25.06.18)**